



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – site: <http://www.sed.sc.gov.br>**  
**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - e-mail: [imprensa@sed.sc.gov.br](mailto:imprensa@sed.sc.gov.br); Contato: 3221 6161**

# **ASSESSORIA DE IMPRENSA**

## **CLIPPING**

**12/04/2012**



<b>Veículo:</b>	Diário Catarinense	
<b>Editoria:</b>	Geral	<b>Data:</b> 12/4/2012
<b>Assunto:</b>	Reunião para tentar um acordo	<b>Pág:</b> 37

# MAGISTÉRIO

## Reunião para tentar um acordo

Sinte formulou novo modelo para descompactar a tabela de vencimentos e espera aval do governo

ANELIZE SALVAGNI

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) propôs ontem um modelo de tabela para a descompactação da tabela do piso dos professores e que garanta um reajuste de 22%. O coordenador executivo de Negociações e Relações Funcionais do governo do Estado, Décio Augusto Vargas, se comprometeu a estudar a viabilidade econômica dessa reestruturação.

Uma nova rodada de negociações está marcada para amanhã, desta vez na presença do secretário da Educação, Eduardo Deschamps, e de toda a executiva da Sinte.

– Haverá uma nova reunião com o Décio e o secretário de Educação. Eles apresentarão os cálculos feitos em cima da nossa tabela, que serão levados ao grupo gestor do governo e ao governador no fim de semana. Eles se comprometeram a nos apresentar uma proposta definitiva na segunda-feira. E é isso que nós queremos que aconteça – afirmou a coordenadora do Sinte, Alvetete Bedin.

Vargas explicou que a proposta ainda não será apresentada na sexta-feira, pois é preciso mais tempo para analisar o modelo criado pelo Sinte. O coordenador acredita que a reunião de ontem representou avanços nos estudos para a criação de uma nova estrutura de carreira, que reduza o impacto negativo do piso nacional.

– Precisamos de mais uns dias de

DÉCIO AUGUSTO VARGAS

Coordenador executivo de Negociações e Relações Funcionais do governo

“

*Existe uma grande disposição do Sinte e do governo para chegar a um entendimento, mas é preciso analisar a questão financeira.*

trabalho interno para estudar a viabilidade financeira. Existe uma grande disposição do Sinte e do governo para chegar a um entendimento, mas é preciso analisar a questão financeira – relatou Vargas.

Embora os dois lados se mostrem dispostos a chegar a um acordo, o decreto de greve dos professores, definido em assembleia, está mantido.

– Caso não venha essa proposta, a greve já está decretada e começa no dia 17 de abril – sinalizou Alvetete.

O impasse entre governo e Sinte começou ao ser anunciado, em fevereiro deste ano, o reajuste de 22% sobre o piso nacional, que passou de R\$ 1.187 para R\$ 1.451.

O governo determinou o pagamento para os 30 mil professores que ainda não recebiam isso no salário-base e propôs parcelar o percentual de aumento para os demais: 8% foram dados neste ano, e o restante seriam divididos em 2013 e 2014. Os professores pedem o repasse imediato dos 22% a todos os docentes.



<b>Veículo:</b>	A Notícia	
<b>Editoria:</b>	AN,Joinville	<b>Data:</b> 12/4/2012
<b>Assunto:</b>	Escola novamente de portas abertas	<b>Pág:</b> 8

# Escola novamente de portas abertas

Depois de quatro meses, alunos voltam à Plácido Olímpio de Oliveira

**GISELE KRAMA**  
[gisele.krama@an.com.br](mailto:gisele.krama@an.com.br)

Ontem foi dia de alívio e muito trabalho para alunos e professores que puderam retornar para a Escola Plácido Olímpio de Oliveira, no Bom Retiro, em Joinville, depois de quase quatro meses de interdição. Até então, eles passaram por espaços provisórios em três instituições de ensino. Desde a última segunda-feira, serventes já arrumaram as salas e as carteiras começaram a ser organizadas

para receber os 545 estudantes.

A escola foi interditada pela Vigilância Sanitária em dezembro por problemas no refeitório, numa despensa da cozinha e no banheiro feminino. A Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) entrou com recurso em Joinville e Florianópolis, no Tribunal de Justiça, pedindo a reabertura por liminar. Nas duas instâncias, foi negada. Mas a SDR pediu uma reavaliação e desta vez conseguiu resposta positiva do desembargador Rodolfo Ribeiro da Silva Tridapalli, que autorizou a reabertura no dia 2.

Para a direção da escola, foi um alívio voltar ao lar. “Até agora estávamos na casa do vizinho”, diz a diretora Ana Lúcia Hamedt. Segundo ela, as manutenções pedidas pela Vigilância Sanitária

já foram feitas. O forro do refeitório, que antes era de madeira, foi substituído por PVC e um espaço anexo à cozinha recebeu piso e terá armários para guardar objetos das merendeiras.

Já no banheiro feminino, alguns sanitários foram substituídos e implantadas papeleiras. “É normal termos alguns problemas, já que a escola tem 52 anos”, justifica. Para felicidade de Ana Lúcia, ela recebeu notícia da SDR de que até o fim do ano o projeto de reforma da escola será entregue.

Haverá compensação dos 11 dias de aula perdidos no início do ano. Segundo a diretora, a reposição pode ser gradativa, em dias de conselho de classe e no recesso de julho. Dois dias serão compensados este mês, se a Gerência Regional de Educação (Gered) aprovar.

## Gered fala em compensação

Depois da desinterdição da Plácido Olímpio de Oliveira, a gerente regional de Educação, Heliete Steingraber, conta que ficou aliviada. “Para mim, é um alívio muito grande. Os pais ficam mais tranquilos e não há mais o transbordo do ônibus”, comenta. Agora, a prioridade é o calendário para recuperação dos dias perdidos.

A gerência também está na expectativa do desfecho envol-

vendo as três escolas que continuam com as portas fechadas em Joinville: a Francisco Eberhardt, a Maria Amin Ghanem e a Monsenhor Sebastião Scarzello.

Das quatro escolas que estavam interditadas até o começo deste mês, apenas uma tem data confirmada para receber reforma. O edital para obra da Francisco Eberhardt está previsto para ser publicado em maio. Será aplicado

algo em torno de R\$ 1,6 milhão.

Já os projetos da Plácido Olímpio de Oliveira e Maria Amin Ghanem estão em Florianópolis para análise da Secretaria de Educação e Comitê Gestor que poderá liberar os recursos de R\$ 2,5 milhões e R\$ 2,6 milhões. Mas sem data para receber a resposta. A mais problemática é a Monsenhor Sebastião Scarzello, que está em processo de municipalização.